

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.382 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 17 DE OUTUBRO DE 2001

Comissão aprova nova lei para combater as drogas

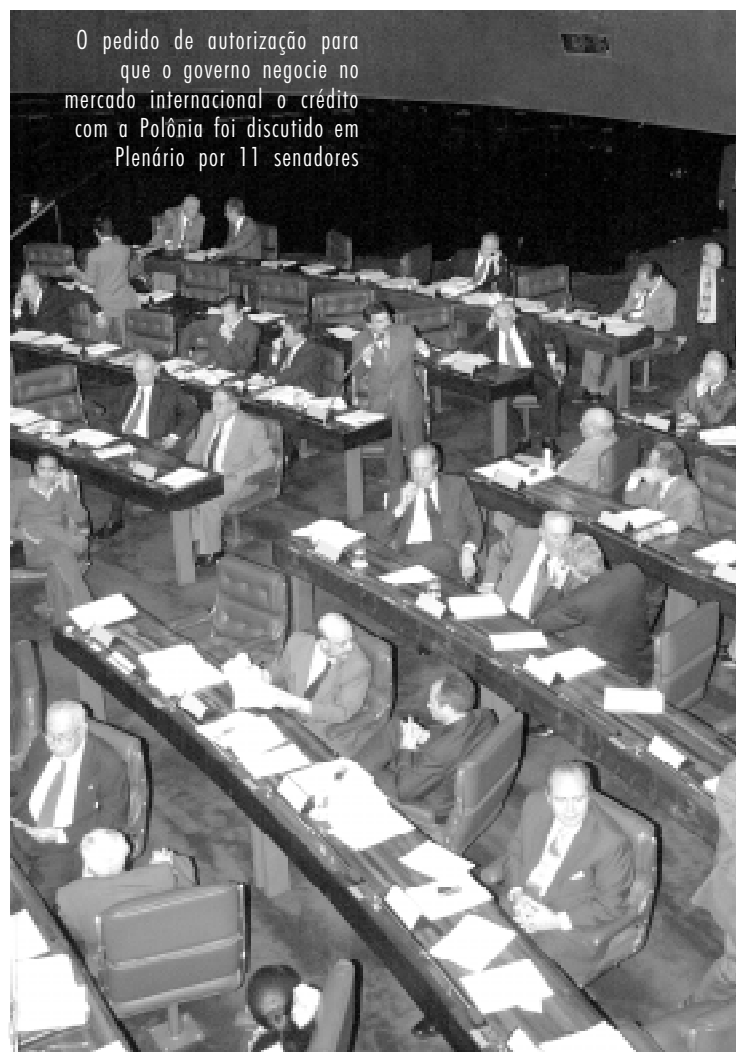
A previsão de penas alternativas para quem for flagrado com pequena quantidade de droga, destinada a consumo pessoal, é uma das inovações do substitutivo de Ricardo Santos, acolhido ontem pela Comissão de Educação



Relator da lei antidrogas, Ricardo Santos (à mesa) observou que a proposta detalha formas inteligentes de repressão

Punições rigorosas para os traficantes e ênfase ao tratamento social do viciado e à prevenção – esse é o objetivo da nova lei antidrogas, que deverá substituir a atual legislação, em vigor há 25 anos. A proposta inclui programas de prevenção nos currículos escolares, do ensino fundamental até o nível superior. Já o traficante poderá ser preso por um período de três a 15 anos, pagar multa e ter seus bens expropriados. Antes de seguir para o exame do Plenário do Senado, o projeto passará por nova análise da Comissão de Educação a fim de que sejam votadas emendas oferecidas por Marluce Pinto.

PÁGINA 5



O pedido de autorização para que o governo negocie no mercado internacional o crédito com a Polônia foi discutido em Plenário por 11 senadores

Crédito com a Polônia deve ser usado em região carente

O Senado aprovou ontem, depois de longo debate, autorização para que o Brasil receba antecipadamente crédito de US\$ 3,4 bilhões que tem com a Polônia. Foi acolhida emenda da senadora Heloísa Helena obrigando o emprego de 90% desses recursos na Lei Orçamentária, para serem distribuídos entre as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

PÁGINA 4

Mãe adotante poderá receber licença-maternidade

PÁGINA 3

Senadores cobram medidas contra a fome



Homenagem ao Dia da Alimentação contou com representantes da Igreja e da FAO.

PÁGINAS 6 E 7

Celso Lafer participa de debate sobre a Alca

Ministro comparece hoje, às 17h, a audiência das Comissões de Assuntos Econômicos e de Relações Exteriores.

PÁGINA 3



Comissão de Infra-Estrutura aprovou projeto de Roberto Saturnino que institui conselhos para o controle social da distribuição e aplicação dos recursos da exploração de petróleo

“Royalty” sobre petróleo deve ser submetido a controle social

Comissão de Infra-Estrutura acolhe projeto de Roberto Saturnino que prevê a instituição de conselhos estaduais e municipais

A Comissão de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem projeto que estabelece a instituição de conselhos estaduais e municipais para o controle social da distribuição e aplicação dos recursos provenientes da exploração de petróleo e derivados. Pelo projeto, de autoria do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), esses conselhos devem fiscalizar a distribuição dos recursos entre os Ministérios de Minas e Energia e do Meio Ambiente e também entre os estados e municípios onde houver grande volume de produção ou grande rentabilidade na exploração petrolífera.

O projeto também exclui a União da relação dos órgãos públicos aptos a instituir os conselhos. Dessa forma, os conselhos sociais devem ser instituídos pelos estados, municípios e pelo Distrito Federal. A composição dos conselhos municipais deve incluir representantes dos Poderes Executivo e Legislativo e re-



Geraldo Melo pediu vista do projeto que veda o horário de verão no Distrito Federal, Goiás e Tocantins

presentantes da sociedade civil. Para os demais conselhos, o projeto estabelece ainda a participação de representantes do Ministério Público.

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) pediu vista do projeto que veda a implantação do horário de verão nos estados de Goiás e Tocantins e no Distrito Federal, de autoria do senador Maguito Vilela (PMDB-GO).

Maguito argumenta que a economia proporcionada pelo horário de verão nos três estados é insignificante e destaca os transtornos causados pela medida às populações, principalmente à classe trabalhadora, que durante o novo horário tem que se deslocar ao trabalho quando “ainda está escuro”, arriscando a própria segurança. De acordo com o senador, 96% da população do Goiás e 94% dos moradores do Distrito Federal desaprovam o horário de verão.

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) sugeriu que a comissão realize audiência pública com representante do governo federal para que os senadores tomem conhecimento das fundamentações técnicas que motivam a implantação do horário de verão. Ele mencionou notícia veiculada no *Jornal Nacional*, de que o horário de verão deste ano será o mais importante da história para a economia de energia no país.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 17 DE OUTUBRO DE 2001

Senador Ramez Tebet
Presidente

10h — Recebe Márcio José de Moraes, presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região
10h30 — Recebe Horácio Lafer Piva, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)
11h — Recebe o senador Lúcio Coelho, a deputada Marisa Serrano e o prefeito de Nova Andradina, Roberto Hashioka
13h — Recebe Anthony Garotinho, governador do estado do Rio de Janeiro
14h30 — Recebe o senador José Eduardo Dutra e o secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico do município de São Paulo, João Sayad
15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária do Senado

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PLS nº 190/99-Complementar, altera a Lei Complementar nº 64/90 (lei de inelegibilidade), para vedar o registro, como suplente de candidato a senador, de parentes deste até o segundo grau; votação em primeiro turno da PEC nº 57/99, dá nova redação ao art. 243 da Constituição federal (destinação de área de culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou de exploração de trabalho escravo); Requerimento nº 501/2001, solicita, nos termos regimentais, seja formulada consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade de as mensagens relativas a outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de imagens e sons serem apreciadas em caráter terminativo pela Comissão de Educação; quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 30/00, altera a alínea “c” do inciso XVI do art. 37 da Constituição federal (incluindo o odontólogo ou dentista na autorização para acumular cargos públicos remunerados); segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 7/2001, acrescenta parágrafo 3º ao art. 50 da Constituição federal (dispõe sobre o acesso a informações e documentos sigilosos); e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão de som e imagem.

COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: entre outros, PLS nº 132/99, altera o art. 39 da Lei nº 4.886/65, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos; PLSs nºs 182 e 196, de 2000 — tramitação conjunta —, acrescentam artigos à Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a licença-maternidade das mães adotantes ou que tenham obtido guarda judicial de crianças; PLS nº 388/99, altera o artigo 57 da Lei nº 6.360/76, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos; PLS nº 125/01, altera a redação do artigo 392 da Consolidação das Leis do Trabalho, que estabelece o tempo da licença-maternidade. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: entre outros, PLS nº 131/01, cria o Serviço Social da Saúde (SESS) e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde (Senass); PLS nº 544/99, altera a Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições, e a Lei nº 4.737/65, que institui o Código Eleitoral; substitutivo ao PLS nº 51/01, dispõe sobre a liberação de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); PLS nº 152/01, altera o artigo 15 da Lei nº 9.504/97, para regulamentar a identificação numérica dos candidatos aos cargos majoritários. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

10h — Comissão de Educação
Pauta: audiência pública para instrução do PLS nº 202/99, que introduz modificações na Lei nº 4.117/62, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.
Convidados: secretário de Cultura de Mato Grosso (MT), Jurandir Antônio Francisco; diretor institucional da Rede Brasil Sul (RBS), Paulo Tonet de Camargo; diretor do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), Flávio Cavalcanti Júnior; e secretária-geral do Sindicato dos Artistas do Rio de Janeiro, Elizabete Pinho de Azevedo Souza. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

15h — CPI do Roubo de Cargas
Pauta: reunião administrativa. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

17h — Reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos e de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: Audiência pública sobre o tema “Alca — A retomada de uma agenda”, com a participação do ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer; do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Horácio Lafer Piva; e do secretário de Relações Internacionais da Central Única dos Trabalhadores, Kjild Jacobsen. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

17h30 — Comissão de Fiscalização da Abin
Pauta: discussão do regimento interno do órgão; Mensagem nº 135/2000, do Poder Executivo; e PDL nº 241/2000, do senador Eduardo Suplicy. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

ESPECIAL

9h às 12h — Subcomissão Permanente de Cinema — Seminário em conjunto com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e com o Centro de Informação das Nações Unidas sobre o tema “Comunicação e Violência: a Opinião Pública no Combate ao Terror”. *Audatório Petrônio Portella*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Mário Marona
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Raque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Congresso debate Política Nacional de Inteligência

O Congresso Nacional começa a debater hoje, às 17h30, a Política Nacional de Inteligência formulada pelo Executivo e o projeto de decreto legislativo, de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e outros senadores, que cria o Conselho Parlamentar de Fiscalização e Controle da Política Nacional de



Projeto de Suplicy cria conselho parlamentar de fiscalização e controle

Inteligência (CNPI). Ambas as propostas serão analisadas pelo Órgão de Controle e Fiscalização Externos da Política Nacional de Inteligência do Congresso.

A proposta de Política Nacional de Inteligência do governo, encaminhada ao Congresso no ano passado, define os objetivos e estabelece as diretrizes para os órgãos encarregados do exercício da atividade de inteligência no país.

Já o projeto que cria o Conselho Parlamentar de Fiscalização e Controle da Política Nacional de

Inteligência exige que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) encaminhe ao órgão relatórios trimestrais sobre suas atividades. De acordo com a proposição encabeçada por Suplicy, o conselho poderá convocar qualquer autoridade ou servidor vinculado ao Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) para que preste informações. Além disso, o CPNI poderá entrar com representação junto ao Ministério Público Federal, relatando atividades da Abin praticadas com exorbitância, para que sejam punidos os responsáveis.

Se a proposta for aprovada, o Conselho Parlamentar de Fiscalização e Controle da Política Nacional de Inteligência será integrado pelos líderes da maioria e minoria na Câmara e no Senado, além dos presidentes das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional de ambas as Casas.

Lafer discute em audiência pública a criação da Alca

Em audiência pública que se realiza hoje, às 17h, as Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado promovem discussão sobre a retomada da agenda para a formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Foram convidados para



Audiência com presença de Celso Lafer será a partir das 17h

o debate o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, o presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Horácio Lafer Piva, e o secretário de Relações Internacionais da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Kjild Jacobsen.

Outras audiências serão promovidas sobre o tema, conforme requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), aprovado em abril deste ano. À época, o senador argumentou que o Congresso brasileiro "está longe de exercer o papel que o Congresso dos EUA desempenha, fiscalizando e delimitando poderes de nego-

ciação aos diplomatas e ao Executivo do país".

De acordo com o requerimento, o ministro da Agricultura e do Abastecimento, Pratini de Moraes, e os presidentes das confederações Nacional da Agricultura, Antônio Ernesto de Salvo, e Nacional da Indústria, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, além de representantes de trabalhadores e de federações da indústria de todo o país, devem participar das próximas reuniões na CAE e na CRE.

EXPORTAÇÕES

A CAE, presidida pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), realiza amanhã, às 19h, outra audiência pública sobre incentivos dados às exportações brasileiras, com a presença do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral. A audiência faz parte das atividades da Subcomissão de Comércio Exterior da CAE, proposta pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

Licença-maternidade pode ser estendida à mãe adotante

Se aprovado, projeto contribuirá para redução do número de menores abandonados no país, afirma o autor, Casildo Maldaner

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) examina hoje, a partir das 9h, em decisão terminativa, projeto que garante à mãe adotante o direito à licença-maternidade. De autoria do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), o projeto determina que o prazo do benefício será de 120 dias para empregadas — incluindo as domésticas — que adotarem ou obtiverem a guarda judicial de crianças de até cinco anos de idade.

A proposta tem parecer favorável do então senador Júlio Eduardo.

De acordo com a proposta, na hipótese de as crianças adotadas serem maiores de cinco anos, as mães terão direito à licença-maternidade por um período menor — 30 dias. Em ambos os casos, as mães adotantes terão direito ao recebimento do salário-maternidade durante o período da licença. Para Casildo Maldaner, a iniciativa, caso venha a ser aprovada, trará benefí-



Projeto de Maldaner também beneficia empregada doméstica



Mozarildo é autor de proposta que protege mulher grávida

cios sociais diretos, como a redução do número de menores abandonados e a preservação da saúde das crianças adotadas, com a consequente melhoria do seu padrão alimentar e educacional.

Outro projeto que trata da maternidade a ser apreciado hoje pela CAS é o do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que proíbe o trabalho da mulher grávida no período de oito semanas antes do parto, até 12 semanas após o nascimen-

to da criança. O relator, senador Moreira Mendes (PFL-RO), apresentou parecer contrário.

Consta ainda da pauta da comissão a votação, também em decisão conclusiva, de projeto do senador Valmir Amaral (PMDB-DF) que proíbe a utilização da catraca eletrônica em ônibus urbanos. O projeto tem parecer favorável do senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) e, caso seja aprovado,

segue para análise da Câmara, a não ser que haja recurso para sua votação no Plenário do Senado.

A CAS, presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), analisa ainda projeto do senador Tião Viana (PT-AC) que exige que todos os produtos de limpeza doméstica tenham em seus rótulos avisos sobre os riscos e perigos que podem trazer para quem os utiliza, e projeto do senador Arlindo Porto (PTB-MG) que regulamenta a profissão de decorador.

CCJ examina mudanças no processo eleitoral

Mudanças nas regras do processo eleitoral e do sistema de votações no Congresso deverão ser analisadas hoje, a partir das 10h, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Entre as iniciativas voltadas para essas questões, estão o projeto do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) que modifica os critérios de identificação numérica dos candidatos a eleições majoritárias e a proposta de emenda à Constituição (PEC) de autoria do senador Tião Viana (PT-AC), que propõe o fim do voto secreto nas deliberações sobre perda de mandato de deputado federal e senador.

Pela proposta de Ornélas, os candidatos aos cargos majoritários deverão concorrer com o número do partido pelo qual foram registrados ou, no caso de coligação, com os números de todos os partidos que dela participem. Na eleição para renovação de dois terços do Senado, a identificação numérica dos candidatos será acrescida, à direita,

do numeral 1 ou 2. O relator da matéria, senador Francelino Pereira (PFL-MG), apresentou parecer pela aprovação.

A PEC apresentada por Tião Viana também recebeu parecer favorável do relator, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que ampliou o alcance da proposta ao elaborar um substitutivo. A pretensão de Dutra é vedar qualquer hipótese de votação secreta no Congresso, permitindo o sigilo apenas na fase de discussão de algumas matérias, como na escolha dos chefes de missões diplomáticas.

Ainda no âmbito da reforma político-partidária, a CCJ deverá analisar substitutivo do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) a proposta de emenda à Constituição de autoria do senador Álvaro Dias (PDT-PR) que reduz de oito para quatro deputados a representa-



Ornélas propõe alteração na identificação numérica de candidato



Tião Viana quer acabar com votação secreta sobre perda de mandato

mínima dos estados na Câmara. Se aprovada, essa PEC levaria à redução, no total, de 24 deputados na representação de unidades da Federação consideradas "sobre-representadas": Acre, Amapá, Tocantins, Roraima, Sergipe, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

Outra proposta de Álvaro Dias em pauta na comissão é a que prevê multas aos responsáveis por pichações ou veiculação de propaganda eleitoral em desacordo com a lei.

Venda de crédito com Polônia ajudará regiões pobres

Senado concede autorização pedida pelo governo para negociar valores que o país tem a receber, mas determina a aplicação da maior parte dos recursos no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e não no abatimento da dívida pública

Depois de longa discussão, o Senado autorizou ontem o Brasil a receber antecipadamente crédito de US\$ 3,4 bilhões que o país tem com a Polônia, conforme entendimentos firmados no âmbito do chamado Clube de Paris. A matéria agora vai à promulgação.

Foi também aprovada emenda da senadora Heloísa Helena (PT-AL), obrigando o emprego de 90% desses recursos na Lei Orçamentária, para serem distribuídos entre as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O texto aprovado já destinava 10% desses recursos ao Ministério da Defesa, para serem aplicados por qualquer dos Comandos Militares em seus programas de reaparelhamento.

O que o governo desejava era a autorização do Senado para a União adquirir toda a titularidade desses créditos e aplicá-los no abatimento da dívida pública interna. Com a emenda de Heloísa Helena, o dinheiro terá que ir para as regiões menos desenvolvidas do país.

Na exposição de motivos enviada junto com o pedido de autori-

zação, o governo informa que o crédito tem origem nos anos 70, nas linhas de financiamento às exportações, feitas com recursos orçamentários da União. Esses créditos foram renegociados em 1992, mediante acordo bilateral, quando o Brasil escolheu uma reestruturação que mantinha o valor do principal, com redução dos juros. Conforme o ministro da Fazenda, Pedro Malan, o atual cenário internacional, de taxas de juros inferiores às vigentes na época da reestruturação, enseja ótima oportunidade de o Brasil receber esse dinheiro.

Na mesma votação, a União foi autorizada a contratar instituições financeiras, remuneradas nos pre-



Vários senadores debateram o pedido de autorização para venda dos créditos

ços vigentes no mercado internacional, para a execução dessas operações. A resolução estabelece ainda que o Banco Central, responsável pela execução dessas operações, deverá prestar contas delas ao Senado.

Governo e oposição divergem sobre uso dos recursos

Relator do projeto de resolução autorizativo da operação com a Polônia, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) defendeu a decisão como extremamente relevante para o país, e disse que as emendas apresentadas não observavam detalhes técnicos importantes do acordo. A maioria das emendas pedia a aplicação dos recursos no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o que terminou sendo aprovado numa iniciativa da senadora Heloísa Helena.

Na defesa da matéria, Jucá lembrou que a dívida da Polônia com o Brasil já tinha "virado um mico" e que a negociação, no momento em que o risco Polônia é menor que o risco Brasil no cenário internacional, é uma excelente oportunidade de receber o crédito.

Disse ainda que, na negociação, com o deságio dela decorrente, o Brasil terá a oportunidade de receber cerca de US\$ 3,4 bilhões, "algo extremamente importante para as reservas cambiais".

Também defendendo a operação, o líder do governo, Artur da Távola (PSDB-RJ), pediu que o



Heloísa: usar os recursos no pagamento do serviço da dívida beneficiaria o capital especulativo



Romero Jucá: operação seria extremamente importante para as reservas cambiais

Plenário entendesse o quanto é importante o ingresso no Tesouro de recursos fundamentais para enfrentar os agudos problemas surgidos na atual crise internacional. "Estamos à beira da falência argentina, com o mundo levando uma sacudida de natureza brutal", lembrou ele, para pedir a aprovação da matéria.

Onze senadores se manifestaram sobre a operação, os da oposição defendendo a aplicação dos recursos em investimentos nas regiões mais pobres do país, e os da base governista alertando para a oportunidade, no atu-

al cenário mundial, da realização da operação.

A senadora Heloísa Helena disse que a utilização dos recursos no pagamento do serviço da dívida pública serviria apenas para beneficiar o capital especulativo internacional. O senador Ademir Andrade (PSB-PA) aconselhou o Brasil a tirar desse fato a lição de que, não podendo, o país não deve se sacrificar para pagar a dívida. Ele também condenou a idéia de utilizar os recursos no pagamento da dívida pública, dizendo que os grandes ganhadores nessa solução seriam os banqueiros.

Autarquia de Mato Grosso poderá reduzir dívida

Com parecer favorável do senador Geraldo Melo (PSDB-RN), o Senado aprovou ontem projeto de resolução autorizando o Departamento de Viação e Obras Públicas (DVOP), autarquia do governo de Mato Grosso, a assinar aditivo contratual com o Banco do Brasil, no valor de R\$ 4,3 milhões.

O objetivo da operação é o refinanciamento de dívida vencida em 1997 junto ao BB, relativa a repasse de recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste, com vistas à redução do saldo devedor em cerca de 80% do valor devido, inclusive sem a cobrança de multas e juros de mora.

O senador Osmar Dias (PDT-PR) condenou a aprovação da matéria, dizendo que nenhum tomador de recursos do Fundo do Centro-Oeste tem direito ao desconto de que Mato Grosso está se



Geraldo Melo deu parecer favorável à operação proposta por Mato Grosso

beneficiando. Em defesa da aprovação, Geraldo Melo esclareceu que essa é uma operação que o governador de Mato Grosso encontrou, remanescente da administração anterior, e que inviabiliza o sistema produtivo do estado. Sete outros senadores se manifestaram sobre a matéria, que agora vai à promulgação.

Senado adapta resolução a disposições do CMN

Em regime de urgência, o Senado aprovou ontem projeto modificando a Resolução 20/01 da Casa, que autorizou a Bahia a prestar garantias ao refinanciamento de operações contratadas no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira.

A mudança foi necessária por-

que a Resolução 20 determina o cumprimento de normas revogadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), o que, no entender do Banco Central, dificultaria a implementação do refinanciamento. Dando nova redação à Resolução 20, o Senado adequou o texto às disposições do CMN.

Comissão aprova nova Lei de Entorpecentes

Substitutivo do relator, Ricardo Santos, enfatiza tratamento e penas alternativas para o usuário, enquanto estabelece punições rigorosas para os traficantes. Se acolhido pelo Plenário, projeto retornará ao exame da Câmara

Uma nova lei para o combate ao uso e tráfico de drogas, que contemple as mudanças ocorridas na sociedade nos últimos anos e, especialmente, diferencie com rigor a atitude do usuário de tóxicos daquele que as vende. Esse é o propósito do substitutivo de autoria do senador Ricardo Santos (PSDB-ES), aprovado ontem pela Comissão de Educação (CE), que institui nova Lei de Entorpecentes. A legislação atual está em vigor há 25 anos.

Ricardo Santos, também presidente da comissão, ressaltou que o mérito da proposta é o de enfatizar o tratamento social e a prevenção, sem esquecer de estabelecer punições rigorosas contra traficantes e detalhar formas inteligentes de repressão. Antes de a matéria ser votada em Plenário, serão apreciadas ainda pela comissão emendas oferecidas ontem pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR).

A proposta inova ao incluir, entre outras medidas, programas de prevenção nos currículos escolares, desde o ensino fundamental ao nível superior. Também estabelece que os sistemas públicos de saúde devem desenvolver programas de tratamento para usuários de drogas.

ou ao acompanhamento psicológico; suspensão ou cassação da carteira de habilitação; e até suspensão da licença para exercer atividade profissional.

Ricardo Santos destacou as diversas contribuições que melhoraram a proposta original, cuja autoria é do deputado Elias Murad. O relator assinalou o trabalho desenvolvido pelos senadores Artur da Távola (PSDB-RJ) – ex-relator da matéria na CE, onde promoveu audiência pública sobre o tema – e Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que apresentou emendas parcialmente acatadas.

Entre as penas alternativas estão prestação de serviços à comunidade; internação ou tratamento ambulatorial em hospitais; comparecimento a programas de reeducação

• Leia mais sobre decisões da Comissão de Educação na página 12.



Antes de o projeto ser submetido à deliberação do Plenário, Comissão de Educação examinará emendas apresentadas pela senadora Marluce Pinto

Novas regras do combate a entorpecentes

O usuário de drogas flagrado com pequena quantidade estará sujeito a penas alternativas, como prestação de serviços à comunidade, e será obrigado a se submeter a tratamento para superar a dependência

Caso o usuário se negue a comparecer a uma unidade de tratamento, será submetido a prisão



Já o traficante poderá ser preso por um período de três a 15 anos, pagar multa e ter seus bens desapropriados

Estrangeiros naturalizados perderão a cidadania brasileira caso sejam condenados por tráfico de drogas

As autoridades estarão proibidas de divulgar estimativas de valor para drogas e equipamentos úteis ao tráfico que tenham sido apreendidos

Plenário vota expropriação de terra onde houver trabalho escravo

Em primeiro turno, o Senado deve votar hoje proposta de emenda à Constituição do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que expropria terras onde se explore trabalho escravo, destinando-as à reforma agrária e priorizando o assentamento dos colonos ali explorados, sem qualquer indenização ao dono.

A Constituição já impõe a perda da terra sem indenização para o proprietário que cultive plantas ilegais ou psicotrópicos. A emenda de Ademir Andrade consiste em punir também a exploração do trabalho escravo. Nas duas infrações, o dono da terra será também confiscado de qualquer bem econômico resultante de tráfico ilícito de entorpecente e da exploração do trabalho escravo.

Na mesma sessão, o Plenário delibera sobre projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) que profi-



Marina é autora de proposta que proíbe parente de disputar suplência de senador

be o candidato a senador de indicar como suplente parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau.

Marina elaborou o projeto preocupada com o fato de que, nas últimas eleições para o Senado, alguns candidatos registraram como

suplentes o cônjuge, o filho, o pai e até o genro. Na opinião de Marina Silva, nos últimos anos, a sociedade brasileira ficou mais urbanizada, mais bem informada e intolerante com o apadrinhamento político e "outras pragas que afligem o serviço público".

Aprovada mudança em critério para escolha de juiz militar

O Senado aprovou ontem projeto de iniciativa do Superior Tribunal Militar criando condições mais flexíveis para o preenchimento das funções de juízes militares dos Conselhos Especial e Permanente da Justiça Militar.

Relator da matéria, o senador Osmar Dias (PDT-PR) considerou o projeto eficaz, observando que ele será importante nas circunscrições judiciárias militares, que enfrentam escassez de pessoal habilitado.

O projeto foi aprovado com emenda de redação apresentada pelo senador, cujo objetivo, segundo explicou, é dar mais clareza ao texto. Foi decidido que os juízes militares dos Conselhos Especial e Permanente serão sorteados dentre oficiais de carreira, da sede da Auditoria, com vitaliciedade assegurada.

O projeto estabelece que se



Osmar Dias considerou o projeto eficaz para enfrentar a escassez de pessoal habilitado

recorrerá a oficiais no âmbito de jurisdição da Auditoria, se insuficientes os da sede. Persistindo a necessidade, excepcionalmente, se recorrerá a oficiais que sirvam nas demais localidades abrangidas pela respectiva circunscrição judiciária militar.



O Senado reservou a hora do expediente da sessão de ontem para assinalar o Dia Mundial da Alimentação. Estiveram presentes dom Mauro Morelli e padre João Roque, representando a CNBB, e José Tubino e Helena Ferreira, pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

Osmar Dias cobra do governo programas de combate à fome

O senador Osmar Dias (PDT-PR) desafiou o governo federal a implantar, em curto prazo, programas de desenvolvimento da agricultura voltados especialmente para o combate à fome no país. Ele citou dados segundo os quais a cada dois minutos morre uma criança de fome no Brasil, e cobrou do Executivo ações rápidas e imediatas de combate à desnutrição, que, segundo afirmou, atinge cerca de 5 milhões de crianças no país.

— Um governo que não tiver sensibilidade para esse flagelo e que não lutar para que nenhuma criança passe fome no Brasil não pode governar a nação — disse o senador, autor do requerimento que resultou na homenagem de ontem ao Dia Mundial da Alimentação.

Osmar Dias disse que programas de reforma agrária e de apoio à agricultura familiar são fundamentais para a erradicação da fome, e salientou que políticas assistencialistas, como a distribuição de cestas básicas, não



Osmar Dias afirma que políticas assistencialistas não trarão solução para o problema

trarão solução para o problema. “É necessário criar formas para que as pessoas possam conseguir o sustento por meio do trabalho, com dignidade”, declarou.

Segundo reportagem recente da revista *Veja*, citada pelo senador, aproximadamente 1,3 bilhão de pessoas passa fome e enfrenta a miséria em todo o mundo. Ainda de acordo com a revista, essas pessoas ganham cerca de um dólar por dia. “Com esse valor é impossível se alimentar com dignidade”, obser-

vou o parlamentar.

Osmar Dias comparou o tratamento dado pelos senadores e pelos meios de comunicação aos recentes atentados terroristas nos Estados Unidos com a atenção dispensada ao problema da fome. “O número de pessoas que morrem de fome é muito superior ao número de mortos nos atentados”, ressaltou.

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) elogiou a iniciativa do Instituto Cidadania, ligado ao PT, de apontar soluções para o problema da fome, reunindo especialistas no assunto independentemente de correntes ideológicas. Simon sugeriu que todos os pré-candidatos à Presidência da República assumam publicamente o compromisso de fazer do combate à fome prioridade de governo. O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ressaltou a capacidade brasileira de produção de alimentos, que pode dar ao país posição estratégica no atual cenário internacional.

Ney Suassuna culpa concentração de renda

A péssima distribuição de renda no Brasil é uma das principais causas da manutenção de um quadro de desnutrição crônica das populações mais pobres do país, afirmou o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) durante a homenagem ao Dia Mundial da Alimentação. O quadro é mais grave, continuou o senador, no meio rural, notadamente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, as mais pobres do país.

— Os índices de mortalidade infantil e os indicadores de peso e altura de crianças de até 5 anos apontam o Nordeste brasileiro em uma situação inaceitável, principalmente em sua área rural — lamentou.

Ney Suassuna citou dados do Mapa da Fome de 1993, que apontava alarmantes índices de indigência no Nordeste. Passada quase uma década, sustentou, esse quadro pouco se alte-

rou. “Testemunhamos a ineficácia e, na maioria das vezes, a quase ausência de políticas públicas consistentes para a erradicação da pobreza e da excessiva concentração de renda”, afirmou.

O aumento da capacidade mundial de produção de alimentos mostrou-se insuficiente para resolver o problema da fome, avaliou Ney Suassuna. Estudos realizados nos últimos anos, informou, não indicam falta absoluta de alimentos no país, mas dificuldades de acesso, causadas principalmente pela má distribuição da renda, e falta de políticas sociais voltadas para a segurança alimentar. Ele salientou que a falta de informação torna a população carente mais vulnerável à fome e à desnutrição e defendeu a adoção de programas de atendimento à população com renda zero.



Suassuna lamenta a “quase ausência de políticas públicas para a erradicação da pobreza”

— Se considerarmos a persistente exclusão social e as dificuldades de verbas orçamentárias indispensáveis à garantia dos programas de cestas básicas, carros-pipas, frentes de trabalho, renda mínima, bolsa-escola e merenda escolar, os brasileiros continuam tendo pouco a comemorar — frisou Ney Suassuna.

Valadares quer incluir alimento entre direitos básicos do cidadão

Ao discursar na solenidade em comemoração ao Dia Mundial da Alimentação, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou que a fome e a miséria no Brasil são “absolutamente vergonhosas” e exigem providências urgentes. O parlamentar citou dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) segundo os quais 88 países sofrem com o flagelo da fome, entre eles o Brasil. Ele abordou ainda estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que estima que cerca de 60 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha da pobreza.

Na avaliação de Valadares, as maiores causas da fome no país são a concentração de renda e as desigualdades regionais. Ele lembrou que, segundo a FAO, uma das formas de erradicar a fome é aumentar a produção de alimentos e melhorar as condições de vida, para que todos possam dispor do mínimo em matéria de alimentação.

O senador lamentou que a Constituição brasileira não tenha dado muita importância para a questão da fome, uma vez que não incluiu entre os direitos básicos do cidadão o direito à alimentação. Por isso defendeu a aprovação de proposta de emenda constitucional de sua autoria



Valadares considera a fome e a miséria no Brasil “absolutamente vergonhosas”

que inclui a alimentação entre os direitos básicos do cidadão.

Valadares lembrou, ainda, que cerca de um bilhão de pessoas sofre de má nutrição crônica nos países em desenvolvimento, das quais mais de 200 milhões são crianças menores de 5 anos de idade. A falta de vitaminas e sais minerais essenciais, disse o senador, tem causado diversos transtornos, como atrasos de crescimento, bócio e cegueira parcial ou total em outras centenas de milhões de pessoas em todo o mundo.

Em aparte, o senador Osmar Dias (PDT-PR) ressaltou que nascem a cada ano 90 milhões de pessoas em todo o mundo, das quais a maioria vive em regiões sem condições de receber alimentos.

“É preciso sair das palavras para atos concretos”, diz Tebet

O presidente do Senado, Ramez Tebet, associou-se à homenagem do Plenário ao Dia Mundial da Alimentação e lamentou que as ações de combate ao terrorismo, realizadas neste momento com o uso de mísseis, ocorram “em meio a tanta fome”, numa referência à miséria do povo do Afeganistão. “É preciso sair das palavras para os atos concretos, para que seja erradicada essa chaga da Humanidade”, afirmou.

Tebet agradeceu a presença, no Plenário, de dom Mauro Morelli e do padre João Roque, representantes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, e de José



Ramez Tebet associou-se às manifestações do Plenário pelo Dia Mundial da Alimentação

Tubino e Helena Ferreira, que representaram a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

Maguito Vilela diz que 90% dos peemedebistas apóiam o projeto Fome Zero, criticado por Eduardo Suplicy. Segundo o senador do PT, o presidente de honra de seu partido, Luiz Inácio Lula da Silva, ignora o alcance da renda mínima. Ademir Andrade lamenta que 1 bilhão de pessoas passem fome no mundo.



A fome mata e não espera projetos, adverte Maguito

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) sustentou, na solenidade em comemoração ao Dia Mundial da Alimentação, que os programas de combate à fome são de emergência, não comportando projetos de médio e longo prazos. “A fome não espera projetos. Ela mata”, assinalou. O senador disse acreditar que 90% dos peemedebistas do país apóiam programas como o projeto Fome Zero, do Instituto da Cidadania, que tem como um de seus coordenadores o presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva.

O senador lembrou que, à época em que foi governador de Goiás, implantou um programa que atendia a 147 mil famílias, com distribuição mensal de cestas de alimentos e doação diária de 92 mil litros de leite e de 92 mil pães vitaminados às crianças pobres de até sete anos de



Maguito considera inadmissível que 44 milhões de brasileiros passem fome

idade. “Foi o dinheiro melhor aplicado por minha administração”, frisou o senador, acrescentando que foram socorridas pessoas que realmente passavam fome.

Maguito Vilela considerou inadmissível que em um país “tão rico e

tão produtivo” existam cerca de 44 milhões de pessoas sem rendimentos suficientes para comprar comida, ou seja, com renda inferior a R\$ 80 por mês. “O absurdo é que, ao lado de pessoas que passam fome, uma parte dos produtores rurais esteja recebendo apenas R\$ 0,17 por litro de leite, valor que não dá para comprar nem um copo de água na cidade”, comparou o senador.

Em aparte, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) observou que o fim da fome no Brasil é uma questão política, pois bastaria a vontade dos governantes para resolver o problema. “Não é falta de vontade política só no combate à fome. Como é que existem pessoas sem teto num país onde há tanta disponibilidade de madeira e mão-de-obra?”, questionou.

Suplicy afirma que Lula ignora alcance do programa de renda mínima

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) criticou ontem o projeto Fome Zero, formulado pelo Instituto da Cidadania e lançado pelo presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, no Auditório Petrônio Portella, no Senado. Suplicy disse que Lula precisa “ver e ainda não viu o suficiente” a necessidade de defender um programa de renda mínima que alcance todos os brasileiros, independente de sua idade, cor, religião e sexo. “Isso está perfeitamente ao nosso alcance”, afirmou.

Segundo o senador, Lula teria dito que o país dos sonhos do PT é aquele em que todo homem e toda mulher possa levar para casa uma renda que seja fruto do seu



Eduardo Suplicy: melhor opção é garantir renda mínima a todos os brasileiros

trabalho. Suplicy explicou que a renda mínima não é esmola ou caridade, mas um direito inalienável de todas as pessoas, o direito de partilhar a riqueza da terra onde vivem.

— É preciso estar atento aos mecanismos que levarão a uma sociedade com pleno emprego, mas a renda mínima é o mecanismo mais eficaz para resgatar a cidadania de milhões de brasileiros — assinalou.

Suplicy disse duvidar da eficiência de alguns mecanismos sugeridos pelo Instituto da Cidadania para combater a fome no Brasil, como a reforma agrária, o barateamento da alimentação e o microcrédito, além de ações específicas como o cupom-alimentação, a merenda escolar e a cesta básica. Para ele, o melhor seria garantir uma renda mínima que possibilite às pessoas procurarem o que lhes seja mais útil e também supra outras necessidades.

Ademir: mais alimentos não acabam com a fome

Em pronunciamento sobre o Dia Mundial da Alimentação, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou ser preciso “retomar o debate sobre as estruturas socioeconômicas que perpetuam a pobreza e a miséria”. De acordo com o parlamentar, a produção de grãos *per capita* aumentou de 247 quilos, em 1950, para 312 quilos em 1998. Isso, no entanto, não impediu que haja hoje, no mundo, 1 bilhão de pessoas passando fome.

Segundo o senador, diminuiu, inclusive, a área plantada em relação ao total da população. Na década de 50, informou, utilizava-se 0,23 hectare por pessoa, enquanto atualmente utiliza-se apenas 0,12 hectare.

— Se há regiões onde se passa fome, é porque a distribuição da produção de riquezas é desigual — disse Ademir, informando que 40% dos grãos colhidos no planeta são utilizados para alimentar vacas, ovelhas, cabras e outros animais.

O representante do Pará no Senado citou as obras *Geopolítica da Fome* e *Geografia da Fome*, de Josué de Castro, que afirmou permanecerem “extraordinariamente atuais”. O autor, afirmou o senador, propôs que a solução para acabar com a pobreza e a fome “só se poderia concretizar com a alteração substancial das estruturas rurais então vigentes, ou seja, a reforma agrária”.

Ademir Andrade afirmou que, no Brasil, a situação mudou “muito e nada”:

— Não se fez a reforma agrária na proporção necessária, o homem do campo foi brutalmente expropriado e expulso,



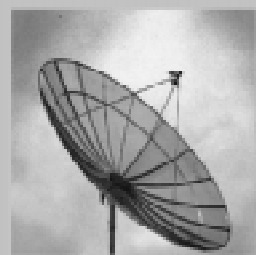
Ademir: aumento da produção de grãos não impediu que 1 bilhão de pessoas passem fome

as cidades se agigantaram e empobreceram de forma assustadora; o país se modernizou, é certo, mas os desequilíbrios sociais e culturais se acentuaram; a agricultura se industrializou, aumentando, assim, a capacidade produtiva, embora não distributiva, de gêneros alimentícios — ressaltou.

MODERNIZAÇÃO

Para o senador, é preciso que a modernização agrícola deixe de ser “a adaptação local de um paradigma universal de desenvolvimento técnico para transformar-se em capacidade de inserção do desenvolvimento agrícola na dinâmica do meio natural”.

O senador opinou que o mundo está muito longe de cumprir a meta estabelecida na Cúpula Mundial de Alimentação, de reduzir pela metade os quase um milhão de pessoas que passam fome no mundo, segundo dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Para ele, “é inconcebível que a fome e a desnutrição continuem minando cerca de 25% das pessoas do país e do mundo”.



Conheça os serviços de comunicação do Senado Federal

Acesse: www.senado.gov.br/catalogo_secs



Jefferson quer garantir benefício a gás transportado por barcaça

A alíquota zero da Cofins, PIS e Pasep, prevista em projeto que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos, não deve restringir-se ao gás natural canalizado e carvão mineral, defende o senador

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) propôs que a fixação de alíquota zero da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e das contribuições para os programas de Integração Social (PIS) e de For-



A CAE decidiu ontem conceder vista do projeto que cria o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União

mação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) não exclua o gás natural transportado por barcaças ou qualquer outro meio de transporte, desde que destinado à produção de energia elétrica. O benefício de alíquota zero está previsto em projeto de lei que beneficia o setor de gás natural e carvão mineral destinados à produção de energia elétrica.

Devido às observações feitas por Jefferson Péres, o relator do projeto, senador Bello Parga (PFL-MA), decidiu ontem reexaminar o assunto. Adiou-se, assim, a votação do parecer pela Comissão de Assuntos Econômicos

(CAE). O assunto volta à pauta na próxima reunião ordinária do colegiado.

Segundo Jefferson Péres, da forma como está o projeto de lei, de iniciativa do Executivo, o gás a ser utilizado por termelétricas no Amazonas, que pode ser transportado em barcaças, não poderia ganhar o benefício, já que a proposta somente se refere ao gás natural canalizado. Para o senador, se o espírito do legislador visa atenuar os efeitos da crise energética e estimular usinas termelétricas, não há por que excluir do benefício o gás que não é transportado por gasodutos.

A CAE decidiu também conceder vista ao senador Jefferson Péres do projeto de lei da Câmara que cria o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União (TCU). A proposta prevê, em um exercício financeiro, o aumento de despesas em R\$ 69,176 milhões. O senador levantou dúvidas sobre a proposta, defendida como justa pelo senador Ney Sussana (PMDB-PB) e que teve parecer favorável do relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), presidente da comissão.

FPE

Foi também concedida vista coletiva do parecer do senador Lúcio Coelho (PSDB-MS) contrário

ao projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) que cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) para as unidades da Federação que abrigam, em seus territórios, unidades de conservação e terras indígenas demarcadas.

A CAE decidiu ainda acatar o parecer do senador Bello Parga, devolvendo ao Banco Central ofício que trata do pleito de rolagem da dívida do estado do Rio Grande do Sul destinada ao pagamento de precatórios.

A comissão também acatou parecer do senador Wellington Roberto (PMDB-PB) remetendo para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto de resolução, do senador Roberto Requião (PMDB-PR), que prevê alterações no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre serviços de transportes interestadual e municipal.



Para Patrocínio, o posto avançado vai beneficiar especialmente as empresas de pequeno porte

Patrocínio destaca abertura em Palmas de posto do BNDES

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) destacou em Plenário a abertura, em Palmas (TO), de um posto avançado de serviços do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A iniciativa, disse, vai facilitar aos empreendedores do Tocantins o acesso a informações sobre as linhas de crédito oferecidas pelo banco, contribuindo para o desenvolvimento do estado. O senador observou que as empresas de menor porte serão as mais beneficiadas com a abertura desse canal de informações sobre financiamento e capacitação. As empresas maiores, disse, têm mais facilidade de contato e negociação com a sede do BNDES.

Outro benefício com a instalação do posto, ressaltou Patrocínio, é a qualificação dos especialistas tocantinos, que servirão de multiplicadores na região das modernas técnicas de administração de empresas. O conhecimento é importante, acrescentou, por ser essencial para o sucesso dos pequenos negócios, "principalmente em uma conjuntura econômica difícil, como a atual".

Participaram da cerimônia de inauguração do posto avançado o chefe do escritório de Brasília do BNDES, Ruy Coutinho, representando o presidente Francisco Gros; o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Tocantins (Fieto), Ronaldo Dimas; o superintendente do Sesi-TO, Luís Eduardo Bovolato; o diretor do Senai-TO, Rubens Carlos Neves; e o superintendente do Instituto Euvaldo Lodi.

— O posto avançado do BNDES constitui mais uma vantagem que haverá de lançar o Tocantins para a frente, para um futuro de prosperidade e justiça social, fundado na economia de mercado e nas empresas de pequeno e médio porte — disse Patrocínio.

CAE vai debater estratégias dos bancos multilaterais

As estratégias das instituições financeiras multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, para o Brasil e o papel do Congresso Nacional diante da atuação dessas organizações creditícias no país serão tema de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A data da discussão ainda será definida.

A sugestão para o debate foi apresentada pelo presidente da comissão, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Deverão participar representantes dos ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, um especialista em políticas das instituições financeiras multilaterais e um diretor da organização não-



Lúcio Alcântara, presidente da CAE, propôs a realização da audiência pública, que será ainda marcada

governamental Rede Brasil.

O objetivo da audiência, segundo Lúcio Alcântara, é discutir os principais planos para a revisão, definição e orientação das operações de financiamento e consultoria técnica dos bancos multilaterais no país.

Estados e municípios não podem refinar dívida

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) rejeitou projeto do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) que determina o refinanciamento das dívidas mobiliárias dos estados, municípios e Distrito Federal, constituídas entre julho de 1994 e julho de 1999, e aquelas firmadas após o período em decorrência da rolagem de débitos anteriores. Pela proposta, o desconto seria de 40% no valor a ser refinanciado. Além disso, os governos teriam reduzido o limite de comprometimento de receitas junto ao governo federal de 13% para 5%.

O senador considera que os governos estaduais e municipais encontram-se "asfixiados" diante do compromisso de repassar ao governo federal 13% das receitas líquidas. A exigência, disse, vem retirando dos cofres estaduais e mu-

nicipais recursos que poderiam ser aplicados na área social.

Para o relator, senador Romero Jucá (PSDB-RR), o projeto, caso viesse a ser aprovado, iria ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal, além de estimular descontroles fiscais futuros. Jucá também observou que "perdões de obrigações fiscais são injustos para os governos que sempre se esforçaram para manter balanceados os seus orçamentos".

A CAE também adiou a votação do projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que obriga a aplicação de 50% das receitas das privatizações efetuadas pelo governo federal em programas de saúde e em obras relacionadas com barragem, açudes e irrigação. O relator, senador Lúcio Coelho (PSDB-MS), é contrário à aprovação do projeto.

Produtores e mutuários querem renegociar dívidas

Representantes do setor agrícola, das cooperativas e dos contratantes de financiamentos imobiliários participaram de audiência pública sobre o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais

Em audiência pública promovida pela comissão mista encarregada de analisar a medida provisória (MP) que estabelece o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, ontem, representantes do setor agrícola e dos mutuários da habitação pediram que sejam incluídas no texto condições para que suas dívidas com o Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal (CEF) possam ser renegociadas. Segundo eles, nas condições atuais, as dívidas são impagáveis.



Comissão mista encarregada de analisar a MP ouve representantes de devedores das instituições financeiras federais

A MP reestruturou as dívidas das instituições financeiras federais e passou a administração dos créditos a receber dos bancos para a Empresa Gestora de Ativos (Emgea). As operações de crédito rural junto ao BB, ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e ao Banco da Amazônia (Basa) foram transferidas para o Tesouro Nacional. O mesmo aconteceu com as dívidas dos mutuários, a maioria com contratos junto à CEF.

A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) foi representa-

da na audiência por Carlos Rivaci Sperotto, presidente da Comissão Nacional de Crédito Rural da entidade, que afirmou que 80% dos produtores rurais não têm capacidade de pagar as parcelas da dívida que vencem este ano. Sperotto disse temer que a transferência das dívidas para o Tesouro implique cobrança por meio de "um procedimento mais ágil e gravoso ao devedor", com a possibilidade de inclusão no Cadastro de Inadimplentes (Cadin), o que, na sua opinião, inviabilizaria a produção.

O representante da CNA disse que a entidade é favorável à MP, desde que sejam incluídas nela condições para a renegociação das dívidas do setor. Ele defendeu a aprovação de projeto de lei em tramitação na Câmara que estabelece parâmetros para o refinanciamento das dívidas do setor rural.

Representando a Organização das Cooperativas Brasileiras, Luiz Roberto Baggio manifestou posição análoga à da CNA. Para ele, não está claro como a dívida será tratada junto ao Tesouro Nacional e

quais os canais de negociação que serão abertos.

— O governo deve ter carinho especial com o setor agrícola, que é o grande responsável pelo superávit da balança comercial. As consequências de os produtores não receberem tratamento adequado podem ser muito negativas para a economia do país — disse Baggio, que acredita que a comissão possa resolver o problema.

O consultor jurídico da Associação Brasileira dos Mutuários da Habitação (ABMH), Rodrigo Daniel

dos Santos, informou que o saldo devedor chega ao final do financiamento impagável, com valor superior ao do imóvel. Por isso, segundo ele, há 350 mil ações na justiça que discutem créditos para a compra da casa própria, somente com a CEF. Assim como os representantes do setor agrícola, Santos manifestou sua preocupação com a forma como serão cobradas as dívidas e como a União vai assumir a responsabilidade perante os processos judiciais.

Por isso, disse, o Tesouro só deveria assumir os débitos depois de tomada uma decisão acerca dos processos judiciais.

Santos reclamou da falta de transparência na discussão sobre os financiamentos habitacionais com a CEF. Segundo cálculos da ABMH, os recursos são captados a custos baixíssimos e emprestados com juros três vezes superiores. Ou seja, mesmo que houvesse inadimplência de 15%, ainda haveria lucro nos empréstimos feitos aos mutuários, explicou.

Relator admite necessidade de modificar MP

O relator da comissão mista encarregada de estudar a medida provisória que reestruturou as dívidas das instituições financeiras federais, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), reconheceu que a MP é complexa, especialmente nas partes relativas ao crédito rural e à habitação, e disse já ter identificado a necessidade de alterar o texto.

Jonas Pinheiro pediu apoio das entidades presentes à audiência pública realizada ontem, para que a comissão tenha todas as informações sobre as interferências que a MP traz no financiamento da agricultura e da casa própria. Ele destacou ainda a importância de realizar reunião com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e com todas as áreas envolvidas no assunto, como o Tesouro Nacional e a recém-criada Emgea (Empresa Gestora de Ativos), para que a comissão consiga definir o encaminhamento que



Jonas Pinheiro pretende se reunir com o ministro da Fazenda e as demais áreas envolvidas para discutir mudanças na MP

deve ser dado.

Lamentando a ausência da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que havia sido convidada, o relator reforçou a necessidade de ouvir a entidade, já que ela também enfrenta problemas com os créditos liberados para o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf).

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) alertou para o fato de que a MP transfere uma dívida

contraída junto a instituições financeiras para a administração pública, e que isso pode trazer uma série de consequências jurídicas que precisam ser analisadas detidamente. Entre elas, está a possibilidade de a dívida ser inscrita no Cadastro de Inadimplentes (Cadin), além de outros mecanismos de cobrança típicos do Poder Público. Ele apelou também para que seja encontrada solução para as dívidas do setor agrícola que vencem ainda este mês.

A presidente da comissão, deputada Yeda Crusius (PSDB-RS), disse que o colegiado estará preocupado com a sustentabilidade do setor agrícola e do financiamento da casa própria quando apresentar seu relatório. Ela espera que a comissão chegue a conclusões que possam ser aprovadas em Plenário até o dia 31 de outubro.

Deputados, principalmente da bancada ruralista, participaram da reunião e defenderam a renegociação das dívidas do setor agrícola.



RAMEZ TEBET RECEBE EMBAIXADOR DA RÚSSIA

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem a visita de cortesia do embaixador da Rússia no Brasil, Vassily Gromov (foto). Eles conversaram sobre o relacionamento entre os dois países e a possibilidade de estreitamento dos laços Brasil/Rússia. Esteve também com Tebet o prefeito da cidade paulista de Presidente Prudente, Agripino de Oliveira Lima.

Os presidentes do Sindicato dos Odontólogos de Mato Grosso do Sul, Wellington Moreira Melo, e da Federação de Odontologia, José Carrigo, visitaram Tebet para pedir apoio à proposta de emenda à Constituição que permite aos dentistas ocupar dois cargos públicos, abrindo exceção apenas para médicos e professores, quando houver compatibilidade de horários. A PEC recebeu parecer favorável do senador Álvaro Dias (PDT-PR) e está na pauta da sessão plenária de hoje, quando transcorre o quarto dia de discussão em primeiro turno.

Quintanilha defende melhoria no Fundef

Senador ressalta três propostas em debate no Congresso Nacional que visam aperfeiçoar as regras que regulamentam o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

Ao mencionar os benefícios trazidos pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), o senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) destacou três medidas em tramitação no Congresso Nacional que objetivam aprimorar as regras que regulamentam o fundo. O senador afirmou que as melhorias do ensino podem ser identificadas no aumento do percentual de matrículas de alunos em idade letiva e na redução dos índices de evasão escolar.

Uma das medidas citadas por Quintanilha trata da estrutura dos conselhos de acompanhamento e de controle social do fundo. A proposta pretende incluir a participação de representantes do Po-

der Legislativo na composição dos conselhos, assim como permitir que organizações sindicais e associações de pais de alunos escolham os representantes dos professores, diretores, funcionários e dos próprios pais que também comporiam o conselho. Para reforçar a fiscalização do fundo, será exigida dos conselhos a publicação de relatórios periódicos de suas atividades.

A segunda iniciativa proíbe os ajustes na distribuição dos recursos do fundo antes do final de cada exercício. O senador argumentou que, para que haja a complementação federal, é necessário considerar a arrecadação efetiva das receitas vinculadas ao fundo, que só pode ser obtida no ano seguinte, quando os estados

enviam informações sobre a real arrecadação do ICMS.

A terceira medida citada por Quintanilha refere-se à remuneração dos professores. O senador disse que o substitutivo acolheu proposta que garante a restrição imposta na lei que instituiu o Fundef, no sentido de que somente os profissionais do magistério que lecionam ou exercem atividades de suporte direto à docência tenham sua remuneração vinculada aos 60% previstos em lei.

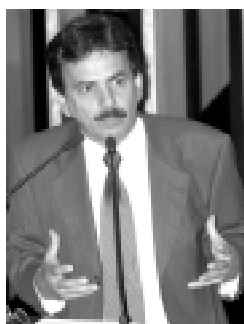
Quintanilha cobrou do governo atenção especial ao ensino de graduação, pois, conforme declarou, a falta de investimentos em pesquisa e remuneração dos profissionais de ensino superior "coloca o Brasil numa incômoda posição de atraso científico e tecnológico".



Quintanilha também cobra do governo atenção especial ao ensino superior

Ademir apóia greve dos professores das universidades federais

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) manifestou apoio à greve dos servidores e professores das universidades federais, ressaltando que o movimento não tem "conotação puramente política", como afirma o ministro da Educação, Paulo Renato Souza. Ele ressaltou que o movimento recebeu o apoio dos próprios estudantes.



Ademir: paralisação é resultado do descaso do governo

Na avaliação do parlamentar, a greve é o resultado do descaso e da insensibilidade do governo em relação às necessidades básicas dos trabalhadores do serviço público, que já perderam quase metade de seu poder aquisitivo nos últimos sete anos, sem reajuste em seus salários. Ademir Andrade lembrou que o último reajuste geral da categoria ocorreu em janeiro de 1995 e citou pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), segundo a qual seria necessário reajuste de 75,48% para recompor o poder de compra da categoria. No entanto, acrescentou, o governo oferece reajuste de apenas 3,5%.

O parlamentar informou que recebeu no último dia 9 uma comissão do comando de greve das universidades e de outros segmentos dos servidores públicos federais em greve. A comissão solicitou o apoio do Congresso para intermediar negociações com o presidente da República, já que com o ministro da Educação as negociações não avançaram.

Ademir disse que é necessário encontrar uma solução para a greve, atendendo às reivindicações de melhoria das instalações universitárias e destinando recursos para a pesquisa.

Mozarildo destaca as realizações de Roraima no campo da educação

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) ressaltou a importância dos investimentos que o governo do estado de Roraima realizou na área da educação, nos últimos sete anos. Ele disse que se considera privilegiado por ter proposto ao Congresso Nacional a criação da Universidade Federal de Roraima, que classifi-



Mozarildo prestou homenagem aos professores

cou como "um marco para um estado que até há alguns anos não oferecia à sua população a possibilidade de fazer um curso superior".

Mozarildo, que teve de deixar Roraima para cursar medicina em Belém do Pará, informou que o recém-inaugurado Instituto Superior de Ensino de Roraima deve, a curto prazo, oferecer mais de 2.500 vagas, sendo um embrião da Universidade Estadual.

O senador salientou que as realizações do governador Neudo Ribeiro Campos (PPB) não se limitam ao ensino superior. Ele lembrou que Neudo é o responsável pela implementação, no estado, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Com o fundo, afirmou Mozarildo, os professores passam a ser mais bem remunerados. O senador lembrou o Dia do Professor, comemorado na segunda-feira, afirmando que o professor "é merecedor de todas as homenagens por ser quem, ao compartilhar o seu saber com novas gerações, permite que a juventude crie consciência da cidadania e descortine um mundo novo de conhecimento".

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h – *De Coração* – Desnutrição hospitalar
6h30 – *Cidadania* – O brigadeiro Sérgio Ferolla e o professor Bautista Vidal falam sobre a nova ordem mundial
7h30 – *Entrevista* – O sociólogo Pedro Demo fala sobre a fome como um mal social
8h – *Jornal do Senado* – O resumo das atividades do Senado
8h30 – *De Coração* – Desnutrição hospitalar
9h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – O Senado recebe do Ministro Costa Leite (STJ) as emendas do tribunal para a reforma do Judiciário (ao vivo)
Logo após – Comissão de Assuntos Sociais – Reunião com cinco itens: PLS 184/2000 – regulamentação da profissão de cerimonialista; PLS 79/2000 – valorização do sistema de saúde; PLS 65/2000 – vigilância sanitária; substitutivo da Câmara ao PLS 294/1989 sobre depósitos de rejeitos radioativos; PLC 29/2001 – embalagem de produtos dietéticos; extrapauta: PLS 5 e 68/2000 – seguro desemprego para extrativista vegetal (gravado)
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após – Reunião conjunta da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Relações Exteriores – Audiência pública sobre o tema Alca – A retomada de uma agenda, com a presença do ministro Celso Lafer, Horácio Lafer Piva, presidente da Fiesp, e Kjild Jacobsen, secretário de Relações Internacionais da Central Única dos Trabalhadores (ao vivo)

20h30 – *Entrevista* – O sociólogo Pedro Demo fala sobre a fome como um mal social
21h – *Jornal do Senado* – O resumo das atividades do Senado
21h30 – Comissão de Educação – Audiência pública para discutir o PLS 202/1999, que modifica o Código Brasileiro de Telecomunicações
Logo após – Sessão Plenária (representação)

RÁDIO SENADO

HOJE

7h – Música, informação e serviços
7h30 – *Senado Notícias* – em ondas curtas para as regiões Norte/Nordeste
8h – *Senado Primeira Hora* – As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h – Comissão de Assuntos Sociais
Em seguida – Música, informação e serviços
13h30 – *Na Cadência do Samba* – Os grandes nomes da nossa música mais popular
14h15 – *Senado Notícias* – Edição da tarde
14h30 – Sessão Plenária do Senado
19h30 – *A Voz do Brasil*
20h – Música, informação e serviços
20h30 – *Na Cadência do Samba* – Os grandes nomes da nossa música mais popular (representação)
22h – *Senado Notícias* – Edição da noite
23h – *Escala Brasileira*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tectel: canal 17
Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica - Sistema Digital:
• Satélite - B1
• Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
• Polarização: Vertical
• Frequência: 3.644,4 Mhz
• Frequência (Banda - L) - 1505,75 Mhz
• Antena - 3,6 m LNB
• Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB
• Symbol 3,2143MS-S
• FEC: 3/4
• Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Antena Parabólica - Sistema analógico

• Satélite - B1
• Transponder - 11 A-2 (canal 8)
• Polarização - Horizontal
• Frequência - 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

• Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
• Satélite: Brasilsat B2
• Polarização: Vertical (RX)
• Modo: Joint-Stereo
• Taxa: 128 Kbps-BPSK
• Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7



A eleição do senador Jonas Pinheiro (sentado, à direita) ocorreu por unanimidade na Comissão de Fiscalização e Controle

Jonas Pinheiro é eleito vice-presidente da CFC

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) foi eleito ontem, por unanimidade, vice-presidente da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC). O cargo estava vago desde a mudança de partido do senador Juvêncio da Fonseca (MS), que deixou o PFL e ingressou no PMDB. Segundo acordo entre os partidos, o cargo de vice-presidente da CFC deve ser ocupado por um senador do PFL.

A comissão também aprovou proposta de fiscalização e controle (PFC) que requer fiscalização sobre a movimentação financeira realizada na campanha eleitoral de 1998 em Sergipe. De acordo com os autores da PFC, senadores Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Roberto Saturnino (PSB-RJ), denúncias veiculadas pela imprensa indicam possível desvio de dinheiro com a ocorrência de lavagem de dinheiro e sonegação fiscal, o que levou à abertura de inquérito pelo Ministério Público Federal.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) apresentou requerimento, também aprovado, para que o procurador Paulo Jacobina, encarregado do inquérito em Sergipe, seja convidado a fornecer, em

reunião secreta, informações sigilosas sobre o caso à comissão. CERON

Outra PFC aprovada é de autoria do ex-senador Ernandes Amorim e requer fiscalização sobre a aquisição do controle acionário pela Eletrobrás da Companhia de Energia Elétrica de Rondônia (Ceron) e outros atos de má gestão administrativa. Segundo o relator, senador Moreira Mendes (PFL-RO), o ex-governador Waldir Raupp foi responsável pelo negócio que elevou a dívida do estado de R\$ 16 milhões para R\$ 560 milhões em três anos e meio. "Hoje, cada criança que nasce em Rondônia já tem uma dívida de R\$ 10 mil", afirmou Mendes.

Também foram aprovados requerimentos para que o ex-senador Tasso Rosado, o presidente da Agroindustrial e Reflorestadora S.A., Antonio José Carvalho da Nóbrega, e os presidentes do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Byron da Costa de Queiroz, e do Banco Cruzeiro do Sul, Luís Felipe Índio da Costa, prestem depoimento junto à CFC sobre o descumprimento de decisão judicial envolvendo a empresa e os bancos.

Adiada para amanhã leitura do relatório sobre Luiz Otávio

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar reúne-se amanhã, às 9h, para analisar o relatório da senadora Heloísa Helena (PT-AL) sobre as denúncias de envolvimento do senador Luiz Otávio (sem partido-PA) no desvio de verbas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A leitura do relatório deveria ter acontecido ontem, às 17h, mas o prolongamento das votações em Plenário para além das 19h levou o presidente do conselho, senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), a decidir pelo adiamento.

Juvêncio registrou em Plenário a discordância da relatora diante da decisão. Segundo ele, Heloísa Helena era favorável à realização da reunião, logo após a ordem do dia.

Líder do governo no Senado relata medidas contra antraz

Segundo o senador Artur da Távola, cinco hospitais brasileiros já estão preparados para o atendimento de eventuais casos da doença

O líder governista no Senado, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), comunicou ontem ao Plenário as medidas tomadas pelo governo a fim de proteger os brasileiros contra eventuais casos de contaminação por antraz no país. Cinco hospitais de referência, especializados no



Távola: ações preventivas estão sendo preparadas por órgãos do governo

tratamento de doenças transmissíveis, foram preparados nas principais capitais brasileiras para atendimento de pessoas com suspeita de contaminação, disse.

Casos de infecção pelo *Bacillus anthracis* foram detectados nos últimos dias nos Estados Unidos, e existe o temor de que se trate de bioterrorismo. No Rio de Janeiro, houve suspeita de contaminação em um avião vindo da Alemanha, mas exames não diagnosticaram a presença da bactéria na aeronave.

São os seguintes os hospitais preparados para atuar no caso de contaminação: São Sebastião, no Rio de Janeiro; Emílio Ribas, em São Paulo; Miguel Couto, em Salvador; e Oswaldo Cruz, no Recife e em Curitiba. A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Agência Nacio-

nal de Vigilância Sanitária (Anvisa) e Centro Nacional de Epidemiologia (Cenep) trabalharão em conjunto com a Polícia Federal, Secretaria da Receita Federal, Departamento de Aviação Civil (DAC), Infraero e Correios em ações preventivas, inicialmente nos aeroportos do Rio e São Paulo.

A Infraero capacitará funcioná-

rios da limpeza para reconhecer situações de risco. E a Polícia Federal será responsável pelo recolhimento de substâncias suspeitas e seu envio à Fiocruz, que fará as análises.

Távola informou que o Ministério da Saúde conta uma Equipe de Respostas Rápidas a Emergências Epidemiológicas, treinada nos Estados Unidos. Além disso, portaria determina que laboratórios que manipulam o bacilo devem notificar o Ministério da Saúde, para que técnicos verifiquem a segurança do local.

"Bacillus anthracis" causa a doença

De acordo com o Ministério da Saúde e do site *EstudMed.com*, a doença carbúnculo ou antraz é causada pelo *Bacillus anthracis*, formador de esporos que pode ser encontrado em todo o mundo. Os esporos são muito resistentes ao calor e podem sobreviver durante décadas no solo. Os animais domésticos e selvagens são infectados através da ingestão do esporo ao pastar em terra contaminada ou comer alimentos com o bacilo. O homem é infectado se ingerir carnes contaminadas ou se se expor a carcaças, pele, lã, pêlos e ossos que contenham o bacilo.

Com o uso de vacinas em animais e em trabalhadores de alto risco, foi notificado um caso de antraz por ano durante a última década nos Estados Unidos. No Brasil não existe registro da doença em humanos. A maioria dos casos naturais hoje acontece na África e Ásia. Há três formas de antraz: cutâneo (responsável por 95% dos casos que acontecem naturalmente no mundo), gastrointestinal e de inalação, esta última fatal em 90% dos casos.

Álvaro pede providências contra ameaça a servidores

O presidente CPI do Futebol, senador Álvaro Dias (PDT-PR), solicitou ao presidente do Senado, Ramez Tebet, providências para garantir a integridade física dos servidores que assessoram os trabalhos da comissão parlamentar de inquérito. Ele informou que desde o mês de abril alguns assessores têm recebido ameaças, algumas veiculadas pela imprensa e outras por meio de ligações telefônicas anônimas.

Álvaro leu ofício recebido do presidente da Associação dos Consultores Legislativos e dos Consultores de Orçamento do Senado Federal (Alesfe), Paulo Chaves de Rezende Martins, que pede garantias para que os servidores possam desempenhar suas funções com tranqüilidade. No documento, a entidade também solicita que seja requerida às auto-

ridades competentes a apuração dos fatos.

— Repudiamos, em nome também do senador Geraldo Althoff, relator, e dos demais integrantes da CPI, as sórdidas ameaças, que se constituem em filhas da covardia, produzidas no anonimato por aqueles que certamente temem a ação

moralizadora de uma comissão parlamentar de inquérito — afirmou Álvaro Dias.

O senador destacou a competência dos servidores do Senado e de outros órgãos federais que estão colaborando nas investigações. Ele acrescentou que a CPI abriu "a chamada caixa-preta do futebol" e está desvendando crimes como evasão de divisas, so-



Álvaro: ameaças por telefone a servidores da CPI do Futebol

negação e elisão fiscal, lavagem de dinheiro e enriquecimento ilícito.

— É preciso que os que ameaçam saibam que não conseguirão atemorizar o trabalho desses profissionais que assessoram a CPI.

O senador informou que encaminhou à Polícia Federal gravação de algumas das ameaças anônimas feitas por meio de telefonemas. Ramez Tebet solicitou cópia das fitas com as ameaças e comprometeu-se a pedir que a Polícia Federal contribua para permitir os trabalhos da CPI. Também determinou à segurança da Casa que redobre os esforços para garantir a integridade física dos integrantes da comissão.

Concessão da Rede TV! vai ao Plenário com urgência

A votação pode ocorrer amanhã. Se o projeto for aprovado, a emissora receberá autorização para funcionar por mais 15 anos

A TV Ômega Ltda. — mantenedora da Rede TV!, sucessora da Rede Manchete de Televisão — terá a sua concessão analisada no Senado em regime de urgência. A Comissão de Educação aprovou ontem parecer do senador Pedro Piva (PSDB-SP) favorável à renovação, retroativa a agosto de 1996. Em Plenário, foi aprovado requerimento de urgência de autoria do senador Romero Jucá (PSDB-RR), o que permite a inclusão da matéria na pauta da sessão de amanhã. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) apresentou requerimento, que não foi aprovado, propondo o adiamento da votação.

O relatório de Pedro Piva é favorável ao projeto que renova as concessões da TV Ômega para operar nas cidades do Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo por mais 15 anos.

Em seu parecer, Piva destacou que uma grande quantidade de ações trabalhistas, impetradas por funcionários e ex-funcionários da Rede Manchete, era obstáculo para que a renovação fosse autorizada. Eles alegavam que o passivo trabalhista não estava sendo honrado pela TV Ômega, que assumiu a concessão depois do pedido de renovação apresentado ao Congresso pela Rede Manchete.

AUDIÊNCIAS

A Comissão de Educação realizou duas audiências públicas sobre o assunto. Nelas, foram apresentados acórdãos do Tribunal Superior do Trabalho e do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo mostrando que a TV Ômega assumia parte do passivo da Rede Manchete, em contrapartida da transferência da concessão.

O relator informou que o “Instrumento Particular de Contrato

de Pedido de Transferência Direta e Condicional da Concessão para Exploração de Serviços de Difusão de Sons e Imagens” determina serem responsabilidades da TV Ômega “efetuar, por conta e ordem da Rede Manchete, o pagamento dos salários em atraso, relativos aos funcionários daquela empresa, em conformidade com a composição amigável efetuada com estes últimos”.

Durante os debates, o senador Álvaro Dias (PDT-PR) destacou que a Rede TV! não comprou nenhum ativo da Rede Manchete. Segundo ele, a Manchete continua existindo como pessoa jurídica e é proprietária de imóveis, equipamentos, antenas, receptores, transmissores, estúdios e guarda-roupa, bem como os direitos sobre obras audiovisuais, entre outros. Assim, poderá arcar com suas pendências.



Parecer do senador Pedro Piva favorável à renovação da Rede TV! foi aprovado ontem pela Comissão de Educação

Aprovadas concessões para rádios e TVs

A Comissão de Educação aprovou ontem 18 projetos de decreto legislativo autorizando a outorga e a renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão de som e imagem.

No estado de São Paulo foram beneficiadas as emissoras Fundação Cultural e Comunitária Missões de Vida de Ourinhos; Associação Cultural Dona Maria Vergentina, em Guaíra; Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Vale do Redentor, em São José do Rio Pardo; Soci-

idade Amigos de Guapiara; Associação Comunitária Cultural de Pedrinhas Paulista; Associação Comunitária Amigos do Meio Ambiente de Rifaina; Sociedade Rádio Difusora Batatais; e Rádio Independente de Barretos.

No Piauí receberam autorização para funcionar a Associação da Rádio Comunitária Redenção FM, em Redenção de Gurguéia; Associação de Desenvolvimento Comunitário do Município de Angical do Piauí; e Fundação Alfrío Guerra de Macedo, em Curimatá.

Também tiveram a concessão ou permissão renovada as seguintes emissoras: Rádio Comunitária Wagner FM, em Wagner (BA); Associação dos Moradores da Vila Gavião, em Ribeirão Claro (PR); TV Esplanada do Paraná, em Ponta Grossa (PR); Rádio São Gonçalo FM, em São Gonçalo do Amarante (CE); Associação dos Amigos da Praia de Mariscal, em Bombinhas (SC); Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nossa Missão, em Passos (MG); e Associação Comunitária, Ecológica, Educativa e Cultural, em Alcínópolis (MS).



O ex-senador Franco Montoro foi homenageado ontem pela Comissão de Educação durante a votação do projeto que muda o nome do aeroporto de Guarulhos

Franco Montoro pode dar nome ao aeroporto de Guarulhos

Com parecer favorável do senador Pedro Piva (PSDB-SP), a Comissão de Educação aprovou ontem projeto que dá ao aeroporto de Guarulhos a denominação Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos — Governador André Franco Montoro. O relator ressaltou a contribuição de Franco Montoro ao país, ao longo da sua vida pública, como vereador, deputado estadual, deputado federal, senador, governador e ministro do Trabalho.

— A formação intelectual de Montoro, seus trabalhos nas áreas de Direito e Filosofia, sua incondicional contribuição, nos mais de 50 anos de luta, para a valorização da cidadania fazem dessa homenagem um ato de reconhecimento e justiça a um dos filhos mais ilustres de São Paulo — afirmou Piva em seu parecer.

Durante os debates, os senadores enfatizaram a importância de Franco Montoro no aperfeiçoamento das instituições democráticas e na discussão das grandes questões nacionais. O senador José Fogaça (PPS-RS) lembrou o empenho de Montoro em favor da instalação do parlamentarismo no Brasil e as articulações para a criação da comunidade latino-americana, para a qual defendia um parlamento específico.

Nabor Júnior (PMDB-AC) ressaltou as negociações que o ex-governador realizou no período dos governos militares para a superação do regime autori-

tário, no que foi apoiado por Romeu Tuma (PFL-SP): “Ele desempenhou um papel de equilíbrio e tolerância, buscando superar uma fase difícil para o país”, afirmou.

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) lembrou que Montoro destacou-se como um “aguerrido defensor da democracia cristã”. Álvaro Dias (PDT-PR) disse que Montoro “desautoriza as generalizações negativas com a classe política”.

Mauro Miranda (PMDB-GO) observou que, ao dar o nome de Franco Montoro ao aeroporto de Guarulhos, o Senado estará contribuindo para que a juventude saiba que existiu um homem “probo e correto” como o ex-governador de São Paulo.

TELECOMUNICAÇÕES

A Comissão de Educação realiza hoje, às 10h, audiência pública para discutir o projeto que introduz modificações na Lei nº 4.117, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Conforme proposta do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), autor do requerimento para a audiência, estão convidados para o debate Jurandir Antônio Francisco, secretário de Estado da Cultura de Mato Grosso; Paulo Tonet de Camargo, diretor institucional da Rede Brasil Sul (RBS); Flávio Cavalcanti Júnior, diretor do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT); e Elizabete Pinho de Azevedo Souza, secretária-geral do Sindicato dos Artistas do Rio de Janeiro.